

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

NOTA TÉCNICA

Critérios em avaliação de ensino aprendizagem: uma questão constitutiva e de metodologia

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) é uma instituição de educação profissional, científica e tecnológica, pública e gratuita, que oferta cursos nos níveis da educação básica e superior, por meio da pesquisa, ensino, extensão e inovação, com princípios inclusivos e objetivos emancipatórios, para a qual qualidade, diversidade, inovação, democracia e transparência são alguns dos valores assumidos em seus documentos e ações. Coerente com seu perfil, a instituição rompe com a perspectiva tradicional de avaliação, cuja finalidade é classificatória, através de seu documento normativo – a Portaria IFPR nº 120/2009, concebida na perspectiva crítica de avaliação, cuja finalidade é formativa, e propõe-se a utilizar conceitos na emissão de resultados.

Os questionamentos recebidos dos profissionais das diversas áreas do conhecimento e de diversos *campi* versam sobre a aplicabilidade dessa forma de síntese e emissão de resultados da avaliação do processo ensino aprendizagem – os conceitos.

As dúvidas dessa aplicabilidade se manifestam, repetidamente, em relação a estas principais situações:

- dificuldade do/a docente vislumbrar um caminho metodológico para realizar a avaliação formativa no contexto do ensino médio e superior por ter sob sua responsabilidade muitos/as estudantes ao mesmo tempo;
- a atribuição de conceitos nos instrumentos de avaliação, nos períodos intermediários ou parciais de um programa de ensino e ao final do programa do componente curricular;
- como evitar a interferência da subjetividade do/a docente na emissão dos conceitos;

- como explicar aos/às estudantes, aos seus pais ou responsáveis, no caso dos/as estudantes menores de idade, e até mesmo para o Colegiado de Curso, as razões, o porquê dos/as estudantes terem obtido conceitos diferentes;

- como atender, numa situação de transferência ou de intercâmbio estudantil, à exigência de outras instituições de que os resultados do processo ensino aprendizagem emitidos pelo IFPR sejam na forma de valores numéricos.

Devido à história de vida da maioria dos profissionais da educação, seja quando estudantes ou já no exercício da profissão, como docentes ou técnicos administrativos em educação, é notória a proposição e tentativa viciada de, por associação a outros sistemas de medida, se encontrar uma média entre conceitos já obtidos anteriormente, tenta-se quantificar o que é qualificável, quando se deveria usar a quantificação da medida, quando necessária e aplicável para então qualificar, que é o objetivo de uma avaliação.

Um exemplo de quantificar para qualificar é o exame clínico do hemograma, no qual são medidas as dosagens dos componentes sanguíneos, para que conhecendo os índices padrão, possa o médico qualificar o estado de saúde do paciente. Este exemplo indica que quantificar faz sentido quando há índices de referência, o que falta em processos ensino aprendizagem, campo a ser desbravado pelas pesquisas em educação.

O uso da quantificação, de valores numéricos, como expressão de resultado do processo ensino aprendizagem vem sendo utilizado por diversas instituições de ensino no país há muito tempo, desde quando essa já foi uma das opções indicadas em ordenamento legal, conforme parágrafo 1º, do artigo 14 da Lei 5.692/1971, permanecendo como opção de muitas instituições apesar da liberdade conferida pela vigente Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional sem indicar as diversas possibilidades de emissão de resultados.

Da mesma forma, não há um tratado internacional, do qual o Brasil seja signatário, assumindo um único modelo de expressão de resultados do processo ensino aprendizagem, fato este, somado ao da soberania nacional, que não obriga as instituições de ensino brasileiras a curvar-se aos procedimentos de outros países ou uniformizar este procedimento.

É necessário considerar sobre o uso de valores numéricos como expressão de resultados do processo ensino aprendizagem, que esta forma costumeira, tanto quanto qualquer outra, para conferir segurança ao processo e aos avaliadores, requer a definição primeira dos signos e seus respectivos

significados, o que é incomum encontrar, facilmente, sistematizado e institucionalizado quando esta é a opção de um sistema avaliativo.

A avaliação formativa objetiva o desenvolvimento das pessoas e dos processos educativos, por esse motivo, pode utilizar de medidas, mas não só, assim como de dados obtidos em observações e em outros instrumentos de metodologias qualitativas para fazer inferências sobre esses dados avaliando o processo ensino aprendizagem, que envolve a organização escolar/acadêmica, o desenvolvimento dos/as estudantes e dos/as profissionais da educação envolvidos, os recursos e condições disponíveis ou não, escolhas conceituais e metodológicas intervenientes.

Na busca por um caminho metodológico seguro e que dê conta das demandas cotidianas, instrumentalizando a prática docente fundamentada na concepção crítica de avaliação, o que se encontra nas publicações, recentes ou não, é um referencial das práticas de avaliação formativa, mais especificamente, no primeiro ciclo do ensino fundamental e nos cursos da área de Saúde como em Medicina e Enfermagem.

Nota-se, na literatura específica, o pouco referencial construído cientificamente sobre parâmetros de avaliação quanto ao desenvolvimento dos/as estudantes e sua construção de conhecimentos, sobre os processos de ensino e seus efeitos nos processos de aprendizagem, e ainda sobre os erros e dificuldades como indicadores do desenvolvimento, assim como, sobre as intervenções educativas mais eficazes nesses casos.

Pensando em suprir as necessidades metodológicas da avaliação formativa, com uso de conceitos, expressões ou outra forma sintética de emissão de resultados, e até mesmo para melhor qualificar a emissão de pareceres descritivos, percebe-se a necessidade de trilhar um caminho, que já se sabe de longo prazo, que é o das pesquisas científicas sobre parametrização em processos de ensino aprendizagem, considerando, neste caso, que a parametrização é bem-vinda quanto às áreas do conhecimento e quanto às fases de um processo de desenvolvimento da aprendizagem, amparada nos avanços das pesquisas em neurociência que muito têm a contribuir com a educação, mesmo compreendendo a diversidade e complexidade do ser humano e a impossibilidade de abarcar todas as suas potencialidades, mas julgando importante ter à disposição alguns referenciais, sabendo que são renováveis, para o olhar atento de educadores comprometidos com a formação dos sujeitos.

Não obstante a necessidade de construtos científicos verificou-se a urgência de apontar um caminho possível, no aqui e agora do cotidiano institucional, para o uso de conceitos como síntese na avaliação formativa do processo ensino aprendizagem.

O caminho que emerge nessa urgência, a ser apresentado a partir de agora, é o do estabelecimento de *critérios de avaliação*.

No dicionário Houaiss (2012), o termo “critério” é apresentado com o significado de norma de confronto, de avaliação, de escolha, de juízo, de discernimento, de identificação da verdade. Significa ainda fundamento, base para uma opção e/ou decisão.

Nos autores do tema Avaliação encontramos variados termos para explicar o que são critérios. Conforme Depresbiteris e Tavares (2009), critérios são regras, parâmetros, normas, bases e referências, o que se espera daquilo que se está avaliando.

Segundo Luckesi (2011), critérios são padrões de expectativas, qualidade desejada, o que se quer como resultado.

Para Romão (2011), igualmente, critérios representam padrões de comparação de desempenho, é uma construção coletiva, que não deve ser imposta por um único segmento social e deve ser revista.

Critérios são, portanto, elementos constitutivos do processo avaliativo, dado que não se poderia olhar, consistentemente e criticamente, para uma realidade sem balizas, padrões, parâmetros que orientem a observação.

O uso de critérios é condição para a efetivação da avaliação com o uso dos conceitos.

Para a emissão de resultados através de sínteses, de signos, como no caso do IFPR são os conceitos, é preciso, primeiramente, ter clareza de quais são os conceitos possíveis e seus significados, como os instituídos no artigo 9º da supracitada Portaria IFPR nº 120/2009: conceito A – aprendizagem PLENA, conceito B – aprendizagem PARCIALMENTE PLENA, conceito C – aprendizagem SUFICIENTE e conceito D – aprendizagem INSUFICIENTE.

Depois de estabelecidas e conhecidas as sínteses, os signos de avaliação adotados pelo sistema educacional em que se está inserido/a, neste caso o IFPR, é necessário conhecer os *objetivos* da educação explicitados no Projeto Pedagógico Institucional – PPI, no Projeto Político Pedagógico – PPP do campus, no Projeto Pedagógico do Curso – PPC e rever os objetivos estabelecidos no Plano de Ensino – PE de seu Componente Curricular/Disciplina/Módulo

Multidisciplinar/Unidade Curricular Multidisciplinar, além de verificar se há alinhamento entre os objetivos dos planos de menor abrangência com os projetos de maior alcance.

O próximo passo é elencar os *conteúdos* necessários para a consecução dos objetivos do Plano de Ensino, identificando aqueles mais importantes.

Para cada conteúdo ou grupo de conteúdos é importante definir as *metodologias* de ensino mais adequadas e os *instrumentos* de avaliação mais capazes de verificar, de indicar o desenvolvimento dos/as estudantes e sua aquisição e/ou construção de conhecimentos.

As etapas metodológicas do uso de sínteses de avaliação seguem um percurso que se inicia no/s instrumento/s, depois se dirige às frações do período de duração do Componente Curricular e por fim, refere-se ao período final do Componente Curricular/Disciplina/Módulo Multidisciplinar/Unidade Curricular Multidisciplinar.

1ª etapa: definido/s o/s conteúdo/s e um dos instrumentos/situação, a serem utilizados para a Avaliação, elaboram-se os *critérios* de desempenho para a produção do/a estudante *naquele instrumento*.

Observe-se que para construir critérios é importante definir *o quê, como, quando, onde*, e até mesmo *quanto*, se for o caso, o/a estudante deve produzir em cada instrumento/situação de avaliação e nos diversos momentos.

Portanto, a instituição tendo optado pelo uso de conceitos e sendo eles A, B, C, D conforme descrito anteriormente, é necessário definir para cada instrumento avaliativo os critérios para o/a estudante obter o conceito A, os critérios para o/a estudante obter o conceito B e os critérios para o/a estudante obter o conceito C.

Com isto, há que se construir devidamente os critérios mínimos, cabíveis ao conceito C, de maneira que os/as estudantes aprovados detenham o conhecimento mínimo necessário para sua formação como sujeitos profissionais.

É desnecessária a construção de critérios para obtenção do conceito D, visto que as condições mínimas da produção do/a estudante estarão descritas para o conceito C e, desta forma, não alcançadas as condições mínimas, o/a estudante ficará com o conceito D.

2ª etapa: definidos os critérios para cada conceito em cada instrumento de avaliação, é necessário, ainda, definir os *critérios* para cada conceito *em cada fração do período do Componente Curricular/Disciplina/Módulo*

Multidisciplinar/Unidade Curricular Multidisciplinar, como por exemplo, para o 1º, para o 2º, para o 3º e para o 4º bimestre.

3ª etapa: é necessário definir os *critérios* para obtenção de cada conceito, *ao final do Componente Curricular/Disciplina/Módulo Multidisciplinar/Unidade Curricular Multidisciplinar*.

Para melhor visualizar as etapas e a definição de critérios, um exemplo de tabela é apresentado como apêndice a este documento.

Esta construção dos critérios tem como melhor momento para ser feita quando da construção do Plano de Ensino e nele devem constar, após serem discutidos com a turma, para só então encaminhar para publicação e divulgação, junto aos pais – em caso de estudantes menores de idade – e junto à comunidade.

Estes critérios já são construídos pelo/a professor/a, porém, normalmente de forma assistemática, no momento da correção de um instrumento avaliativo e no momento de fechar os resultados de uma fração do período do Componente Curricular. O que se está propondo neste documento é que se faça isso, antecipadamente, e se possa discutir os critérios com os estudantes da turma antes de serem aplicados os instrumentos avaliativos. Feito este trabalho no início do ano/semestre/módulo, mesmo considerando que o Plano de Ensino é flexível e passível de mudanças, todo o processo avaliativo será facilitado.

Desta forma, a subjetividade presente no processo ensino aprendizagem, dele indissociável, visto que a educação é feita de pessoas para pessoas e pessoas constituem-se de subjetividade, será a subjetividade de todos os seus sujeitos – professores e estudantes – de forma compartilhada, equilibrada e acordada. Igualmente, ter-se-á a aplicação dos conceitos sem equívocos, com a segurança de estarem apoiados nos critérios acordados entre professor/a e turma e ainda, não se tenderá a recorrer ao uso da lógica da medição, que é exclusivamente quantitativa, ou da média da medição, bem como, equivocadamente, fazer média de conceitos, posto que já se definiram os critérios para os conceitos finais possíveis no Componente Curricular/Disciplina/Módulo Multidisciplinar/Unidade Curricular Multidisciplinar.

Com o uso dos critérios pode-se efetivar de forma mais qualitativa a avaliação dos processos, não só de aprendizagem, mas também de ensinaçã, devendo para isso, construir critérios que se refiram ao desempenho das ações de ensino e de organização do trabalho pedagógico, apontando, inclusive, quais serão seus indicadores.

A construção de critérios de avaliação e sua discussão prévia com os estudantes, bem como sua socialização após serem acordados, além de conferir segurança ao processo ensino aprendizagem, torna-o transparente e confiável, favorecendo o comprometimento de todos os sujeitos envolvidos.

O uso de conceitos, como signos sínteses na emissão de resultados da avaliação do processo ensino aprendizagem, encontra, nesta orientação metodológica, suporte para sua concretização e possibilita o efetivo exercício de avaliar – ato que requer coleta de dados, estabelecimento de parâmetros, juízo de valor e intervenção pedagógica, visando a promoção dos estudantes e dos processos educativos.

Referências:

BRASIL, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Poder Executivo, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

BRASIL, Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Poder Executivo, Brasília, DF, 12 de agosto de 1971. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm. Revogada pela Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

DEPRESBITERIS, Léa.; TAVARES, Marialva Rossi. Diversificar é preciso... instrumentos e técnicas de avaliação de aprendizagem. São Paulo: Editora SENAC, 2009, p. 64.

GATICA-LARA, Florina; URIBARREN-BERRUETA, Teresita del Niño. Como elaborar una rúbrica? Investigación e Educación Médica. México, nº 2, 2013. Disponível em: http://riem.facmed.unam.mx/sites/all/archivos/V2Num01/10_PEM_GATICA.PDF. Acesso em: 25.mar.2015.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtivista. 43ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2013, p. 86.

IFPR. Portaria nº 120 de 06 de agosto de 2009. Estabelece os critérios de ensino aprendizagem no IFPR. 2009.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS; UNIVERSO ONLINE - UOL. Grande dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Disponível em : <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=crit%25C3%25A9rio>>. Acesso em 27 de abril de 2015.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011, p. 411 e 412.

ROMÃO, José Eustáquio. Avaliação Dialógica: desafios e perspectivas. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 113.

Curitiba, 25 de abril de 2016.

Hanny Paola Domingues

Pedagoga

Marissoni R. Hilgenberg

Coordenadora de Ensino Médio e Técnico

Rosane de Fátima Batista Teixeira

Coordenadora do PROEJA e Cursos FIC

Gabriel Mathias Carneiro Leão

Colaborador

Ciente e de acordo:

Ezequiel Westphal

Pró-Reitor de Ensino

*O original encontra-se assinado.

APÊNDICE



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Curso:				Campus:		
Componente Curricular:				Docente:		
Turma:				Ano:		
Objetivos:						
Instrumentos/ Períodos	Conteúdos	Critérios	Código	Conceitos		
				A	B	C
Instrumento 1 xxxxxxx Data: __/__/__						
Instrum. de Recup. Paralela						
Instrumento 2 xxxxxxx Data: __/__/__						
Instrum. de Recup. Paralela						
Instrumento 3 xxxxxxx Data: __/__/__						
Instrum. de Recup. Paralela						
1º Bimestre						
Recuperação do 1º bimestre						

Códigos: 1. Domínio de conteúdos 2. Desenvolvimento Pessoal 3. Ensino Critérios: o quê? Como? Quando? Onde? Quanto?



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Curso:				Campus:		
Componente Curricular:				Docente:		
Turma:				Ano:		
Objetivos:						
Instrumentos/ Períodos	Conteúdos	Critérios	Código	Conceitos		
				A	B	C
Instrumento 1 xxxxxxxxx Data: __/__/__						
Instrum. de Recup. Paralela						
Instrumento 2 xxxxxxxxx Data: __/__/__						
Instrum. de Recup. Paralela						
Instrumento 3 xxxxxxxxx Data: __/__/__						
Instrum. de Recup. Paralela						
2º Bimestre						
Recuperação do 2º bimestre						

Critérios: o quê? Como? Quando? Onde? Quanto?

Códigos: 1. Domínio de conteúdos 2. Desenvolvimento Pessoal 3. Ensino



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Curso:				Campus:		
Componente Curricular:				Docente:		
Turma:				Ano:		
Objetivos:						
Instrumentos/ Períodos	Conteúdos	Critérios	Código	Conceitos		
				A	B	C
Instrumento 1 xxxxxxxxx Data: __/__/__						
Instrum. de Recup. Paralela						
Instrumento 2 xxxxxxxxx Data: __/__/__						
Instrum. de Recup. Paralela						
Instrumento 3 xxxxxxxxx Data: __/__/__						
Instrum. de Recup. Paralela						
3º Bimestre						
Recuperação do 3º bimestre						

Critérios: o quê? Como? Quando? Onde? Quanto?

Códigos: 1. Domínio de conteúdos 2. Desenvolvimento Pessoal 3. Ensino



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Curso:				Campus:		
Componente Curricular:				Docente:		
Turma:				Ano:		
Objetivos:						
Instrumentos/ Períodos	Conteúdos	Critérios	Código	Conceitos		
				A	B	C
Instrumento 1 xxxxxxxxx Data: __/__/__						
Instrum. de Recup. Paralela						
Instrumento 2 xxxxxxxxx Data: __/__/__						
Instrum. de Recup. Paralela						
Instrumento 3 xxxxxxxxx Data: __/__/__						
Instrum. de Recup. Paralela						
4º Bimestre						
Recuperação do 4º bimestre						

Critérios: o quê? Como? Quando? Onde? Quanto?

Códigos: 1. Domínio de conteúdos 2. Desenvolvimento Pessoal 3. Ensino



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Curso:	Campus:
Componente Curricular:	Docente:
Turma:	Ano:
Objetivos:	

	Conteúdos	Critérios	Código	Conceitos		
				A	B	C
Final						
Exame Final (se houver)						

Critérios: o quê? Como? Quando? Onde? Quanto?

Códigos: 1. Domínio de conteúdos 2. Desenvolvimento Pessoal 3. Ensino